

DOSSIÊ HISTÓRIA DO MARXISMO NO BRASIL

Escravidão e Capitalismo na obra de Clóvis Moura

Gabriel dos Santos Rocha⁸

Clóvis Moura: História Econômica e Social

Clóvis Moura foi um intérprete do Brasil com importantes contribuições para a história econômica e social e para o pensamento marxista, sobretudo nos estudos da escravidão e das relações raciais na sociedade de classes pós-escravismo. Sua obra consiste em uma abordagem original da história do Brasil do período colonial ao republicano. O autor foi pioneiro em estudar a escravidão na perspectiva da luta de classes, conferindo sentido político ao protesto dos escravizados. Seu primeiro livro, *Rebeliões da Senzala*, cuja primeira edição foi em 1959, analisa as relações sociais de produção e a dinâmica da sociedade escravista a partir de suas contradições, dentre as quais, o antagonismo entre escravocrata e escravizado, as duas classes fundamentais daquela formação social. Moura analisou diferentes formas de resistência e luta contra a escravidão, com o foco sobretudo nos quilombos, nas guerrilhas e insurreições negras, nos distintos espaços e tempos da história brasileira.

Nos estudos sobre os períodos colonial e imperial a principal contribuição de Clóvis Moura foi a análise sistemática das revoltas negras e dos quilombos, outorgando centralidade à agência histórica do sujeito escravizado, assunto quase ignorado pelos estudos sobre a escravidão até a publicação de *Rebeliões da Senzala* (1959). O tema só veio a ser debatido amplamente pela historiografia duas décadas depois, e por autores, em geral, bastante críticos aos estudos marxistas da escravidão⁹. Tais autores dedicaram-se principalmente à história do cotidiano e criticaram a chamada *Escola Paulista de Sociologia*, cujos principais representantes eram Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni. Porém, muitas vezes tais críticas eram generalizadas para a própria historiografia marxista, a qual passava a ser vista como ineficiente, determinista, economicista, ou – no limite – incompatível com os estudos sobre escravidão e relações raciais já que até os anos 1970 deu pouca atenção ao papel do negro como sujeito histórico¹⁰.

Quanto aos autores da chamada Escola Paulista de Sociologia, vale destacarmos que Florestan Fernandes, nos anos 1970, revisou e amadureceu pontos importantes de seus estudos sobre as relações raciais no Brasil, conferindo centralidade ao negro como sujeito histórico. Segundo ele:

⁸ Doutorando em História Econômica pela Universidade de São Paulo, mestre em História Social e graduado em História pela mesma instituição.

⁹ Dois trabalhos bastante influentes nesta linha de pensamento são: MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982; SLENES, Robert. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava*. 2ª ed. São Paulo: Unicamp, 2011.

¹⁰ Ver: GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Expressão Popular / Fundação Perseu Abramo, 2016.

É a partir do negro que se deverá tentar descobrir como “o Povo emerge na história” no Brasil. Muitos dirão que ele não emerge nem nunca emergiu. Engano redondo. Se não tivesse emergindo, e com certa impetuosidade, nem as “revoluções institucionais” nem o Estado autocrático burguês seriam uma imperiosa necessidade histórica. Além disso, porque o Povo está emergindo na história, há perspectivas de um presente e de um futuro de negação do passado. A história subterrânea é pouco visível e sistematicamente ignorada pelos historiadores “profissionais”¹¹.

Entretanto, no final dos anos 1950, quando *Rebeliões da Senzala* foi publicado, o cenário era outro. Por um lado, os marxistas, correligionários de Moura, pouco tinham avançado em alguns aspectos da história social, a exemplo da pouca atenção dada à agência histórica do escravizado. Por outro lado, muitos de seus críticos, historiadores do cotidiano, centraram seus estudos em casos específicos, na micro-história, e relegaram para segundo plano – quando não ignoraram – a história econômica e as análises sistêmicas das relações de produção, os quais são elementos importantes – ou mesmo fundamentais – para o entendimento mais amplo do processo histórico.

Clóvis Moura se distinguiu tanto de seus pares marxistas dos anos 1950 aos 1970, quanto dos historiadores do cotidiano dos anos 1980. Com base no próprio marxismo, Moura estabeleceu uma relação entre história econômica e história social: ao analisar o modo de produção e a formação social escravista, o autor considera o trabalhador escravizado como força dinâmica da sociedade¹². De acordo com Hobsbawm:

Uma característica essencial do pensamento histórico de Marx é a de não ser nem ‘sociológico’, nem ‘econômico’, mas ambos simultaneamente. As relações sociais de produção e reprodução (ou seja, organização social em seu sentido mais amplo) e as forças materiais de produção não podem ser divorciadas¹³.

É através do marxismo que Moura vincula reciprocamente os fatores econômicos aos sociais em seu método histórico. O autor atribui importância combinada e indissociável entre modo de produção e agentes sociais; assim, a rebeldia do escravizado e a reação do escravocrata são compreendidas nas relações de produção nas quais emergiram. Os sujeitos são ao mesmo tempo produtores e produtos das relações sociais de produção e da vida material. Desse modo, as dimensões sociais e econômicas, em seu método histórico não se dissociam, ao contrário, complementam-se; não se entende uma sem a outra.

Os temas tratados em *Rebeliões da Senzala* foram ampliados e aprofundados na vasta produção de Clóvis Moura ao longo das quatro décadas que sucederam sua

¹¹ FERNANDES, Florestan. *Circuito fechado*: quatro ensaios sobre o “poder institucional”. São Paulo: Globo, 2010, p.28.

¹² BARBOSA, Wilson do Nascimento. O Lugar da História Econômica entre as Ciências Sociais, In: *Revista de Economia Política e História Econômica*, nº 18, agosto de 2009. p.131.

¹³ HOBBSAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. p. 216.

primeira publicação. Foram cerca de vinte livros nas áreas de história, sociologia e literatura, e uma ampla quantidade de artigos em periódicos científicos e da imprensa operária.

O autor também analisou o Brasil republicano, o qual caracterizou como uma sociedade racista e de economia capitalista dependente: marcada pelas desigualdades entre negros e brancos, pelo autoritarismo, com uma economia agroexportadora baseada na grande propriedade fundiária, uma indústria de baixa intensidade, e um papel coadjuvante no capitalismo internacional. Seus estudos sobre este período versam sobre o papel do racismo na produção e acumulação capitalistas. Neste sentido, para além, de intervenções no debate acadêmico, Moura contribuiu com a luta do movimento negro contra o racismo, e com a inserção da pauta antirracismo na esfera do marxismo e na agenda da esquerda.

Relação entre raça e classe: perspectiva marxista¹⁴

Estudar a obra de Clóvis Moura nos possibilita: por um lado, compreender a pertinência da teoria marxista para a análise da questão racial e para a luta antirracismo; por outro, nos mostra como a análise da questão racial amplia o entendimento da luta de classes em sua concretude, e torna mais coerente a caracterização do marxismo como ciência da totalidade, conceito este fundamental no pensamento de Marx. De acordo com Lukács: *“Não é o predomínio de motivos econômicos na explicação da história que distingue decisivamente o marxismo da ciência burguesa, mas o ponto de vista da totalidade”*; e *“a primazia da categoria da totalidade é portadora do princípio revolucionário da ciência”*¹⁵.

Ao considerarmos o papel da raça – assim como do gênero – nas relações sociais capitalistas, entendemos a classe para além de um conceito abstrato e vazio, mas como uma categoria dinâmica que contém frações e contradições em seu interior. O capitalismo não pode ser apreendido em sua totalidade sem levar em conta o racismo como uma de suas dimensões, sobretudo em sociedades multiétnicas como o Brasil, conforme nos mostra Silvio Almeida:

Se é possível dizer que o marxismo permite uma compreensão científica da questão racial, também se pode afirmar que a análise do fenômeno racial abre as portas para que o marxismo cumpra sua vocação de tornar inteligíveis as relações sociais históricas em suas determinações mais concretas. Os conceitos de classe, Estado, imperialismo, ideologia e

¹⁴ Abordamos o tema deste tópico em outro artigo de minha autoria, ver: ROCHA, Gabriel dos Santos. Raça e Classe: a falsa dicotomia e as assim chamadas pautas identitárias. *Núcleo de Estudos e Pesquisas da Afro-América*, Agosto, 2020. Disponível em: <https://www.nepafro.org/post/ra%C3%A7a-e-classe-a-falsa-dicotomia-e-as-assim-chamadas-pautas-identit%C3%A1rias>.

¹⁵ LUKÁCS, Georg. *História e Consciência de Classe: estudos sobre a dialética marxista*. 2ª ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012, p.21.

acumulação primitiva, superexploração, crise e tantos outros ganham concreteness histórica e inteligibilidade quando informados pelas determinações raciais. Nesse sentido, é importante dizer quão essencial o estudo das relações raciais é para a compreensão das especificidades de cada formação social capitalista, especialmente nos países da América, do Caribe, da África e da Ásia¹⁶.

Moura aborda o problema racial em nossa formação histórico-social em sua dimensão superestrutural (cultural, institucional, política, ideológica) vinculada à dimensão estrutural, ou seja, ao nível de desenvolvimento das forças produtivas e ao conjunto das relações de produção¹⁷, assim compreendendo as especificidades do capitalismo brasileiro. Para tanto, ampara-se na análise crítica de nosso processo histórico desde a colônia até a república, entendendo o antagonismo entre as classes fundamentais de cada período como o principal elemento dinamizador. Na perspectiva de Marx:

Na própria emergência da civilização, a produção começa a se fundar no antagonismo entre as ordens, os estamentos, as classes e, enfim, no antagonismo entre o trabalho acumulado e o trabalho imediato. Sem antagonismo não há progresso. Essa é a lei a que se submeteu, até hoje, a civilização. Até o presente, as forças produtivas se desenvolveram graças ao regime antagonico de classes¹⁸.

É justamente o desenvolvimento e a dinâmica das forças produtivas que estão em questão quando Moura aborda as rebeliões negras no Brasil escravista, assim como, as lutas dos trabalhadores e movimentos antirracismo no período republicano.

A Escravidão e o Sentido da Colonização

Em trabalhos publicados nos anos 1980 e 1990, portanto, em uma fase madura e já consolidada de sua trajetória intelectual, Clóvis Moura estabeleceu um marco cronológico na periodização da escravidão no Brasil, definindo duas fases distintas em aspecto demográfico, social, econômico, político e cultural: trata-se (1) do *Escravidão Pleno* (1550-1850), fase ascendente, de estruturação da escravidão em sua plenitude; (2) e do *Escravidão Tardio* (1850-1888), fase descendente, de

¹⁶ ALMEIDA, Silvio Luiz de. Apresentação, Dossiê: marxismo e questão racial, in: *Margem Esquerda*, n.27: outubro de 2016. p.24; ALMEIDA, Silvio Luiz de. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

¹⁷ MARX, Karl. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p.5-6.

¹⁸ MARX, Karl. *Miséria da Filosofia*: resposta à Filosofia da miséria do sr. Proudhon. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p.75.

desagregação paulatina. A proibição do tráfico de escravizados com a Lei Eusébio de Queirós, em 1850, é o marco que divide estas duas fases¹⁹.

A escravidão não foi uniforme regionalmente, nem temporalmente. A demarcação cronológica e metodológica de Moura considera as modificações e variações tendenciais do sistema escravista no espaço e tempo, situando-o mais detalhadamente em seu nascimento, apogeu, decadência e decomposição²⁰.

Vale ressaltarmos que os referidos trabalhos da fase madura consistem na síntese e no aprimoramento das décadas anteriores de estudos (iniciados nos anos 1940). A escravidão foi tema ao qual Clóvis Moura se dedicou em quase toda sua produção historiográfica e sociológica, pois a via como elemento fundamental para entendermos o Brasil contemporâneo. Tal qual Caio Prado Júnior via a persistência do passado colonial no presente:

Analisem-se os elementos da vida brasileira contemporânea; ‘elementos’ no sentido mais amplo, geográfico, econômico, social, político. O passado, aquele passado colonial que referi acima, aí ainda está, e bem saliente; em parte modificado, é certo, mas presente em traços que não se deixam iludir. Observando-se o Brasil de hoje, o que salta à vista é um organismo em franca e ativa transformação e que não se sedimentou ainda em linhas definidas; que não tomou forma²¹.

As características fundamentais do período que Moura definiu como escravismo pleno (1550-1850) são: 1) monopólio comercial metropolitano; 2) produção de artigos primários para exportação; 3) tráfico de africanos escravizados em caráter triangular com acumulação de capital na metrópole; 4) economia colonial subordinada à metrópole e impossibilidade de acumulação interna; 5) latifúndio e escravismo como formas fundamentais de propriedade e produção; 6) legislação extremamente repressora contra os escravizados; 7) a luta dos escravizados sem apoio da população livre²².

Há uma proximidade entre o *escravismo pleno* de Clóvis Moura e o *sentido da colonização* de Caio Prado Júnior. Para ambos, não se verifica *descontinuidade*, ou rupturas decisivas ao longo do período colonial no Brasil (século XVI-XIX). E, como veremos mais adiante, a leitura de Moura sobre o período imperial também se aproxima das análises de Prado Júnior, seu correligionário no Partido Comunista,

¹⁹ MOURA, Clóvis. *Sociologia do Negro Brasileiro*. 2ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2019; MOURA, Clóvis. *Dialética radical do Brasil negro*. 2ª ed. São Paulo: Anita Garibaldi: Fundação Maurício Grabois, 2014.

²⁰ MOURA, *Dialética radical...*, *op. cit.*, p.45.

²¹ PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1957. p.7.

²² MOURA, *Dialética radical...*, *op. cit.*, p.82-83; MOURA, *Sociologia...*, *op. cit.*, p.262

com quem se correspondeu na juventude e com quem trabalhou na *Revista Brasileira* e na Frente Cultural do PCB na cidade de São Paulo²³.

No primeiro capítulo de *Rebeliões da Senzala*, Clóvis Moura analisa as características gerais do escravismo no Brasil, abordando a historicidade dos fatores econômicos relacionados às sociedades metropolitana e colonial do *Antigo Regime*. O autor considera a colônia como fruto do processo de expansão comercial da metrópole: a colonização foi instituída com a finalidade de suprir demandas econômicas metropolitanas, em um mercado internacional que se ampliava em proporções insuspeitas²⁴. A economia-mundo da Europa Ocidental, com dinâmica intensa sobretudo no Mar Mediterrâneo entre os séculos XII e XV, se expandiu para o Oceano Atlântico, e já no século XVI integrava Europa, África e América. Este processo de expansão mercantil gerou uma interdependência territorial de proporções nunca antes vista na história da humanidade. Esta interdependência territorial e mercantil posteriormente se intensificou ainda mais com a Revolução Industrial a partir do século XVIII.

Precisamos reconstituir o conjunto da nossa formação colocando-a no amplo quadro, com seus antecedentes, destes três séculos de atividade colonizadora que caracterizam a história dos países europeus a partir do século XV; atividade que integrou um novo continente na sua órbita; paralelamente aliás ao que se realizava em outros continentes: a África e a Ásia. Processo que acabaria por integrar o Universo todo em uma nova ordem, que é a do mundo moderno, em que a Europa, ou antes, a sua civilização, se estenderia dominadora por toda parte²⁵.

A escravidão na América Portuguesa tem origem nesse processo de expansão comercial marítima que caracterizou a reorganização econômica e social de reinos europeus. O estabelecimento de feitorias atomizadas no vasto território da costa atlântica, nas primeiras décadas do século XVI, foi a etapa embrionária do empreendimento colonial que se estabeleceu em meados daquele mesmo século e perdurou até o XIX. Para Moura, a implementação do sistema escravista resultou de dois fenômenos distintos, mas convergentes e interdependentes: 1) “*a continuação do desenvolvimento interno da sociedade colonial nos moldes em que se vinha realizando a sua evolução nas primeiras décadas*” de ocupação portuguesa no território a partir de feitorias; 2) “*consequência dos interesses das nações colonizadoras em fase de expansão comercial e mercantil*”²⁶. Importante ressaltarmos que o autor atribui a estes dois pontos a implementação da escravidão, e não do sistema colonial, sendo aquela, parte integrante e fundamental deste.

²³ OLIVEIRA, Fábio Nogueira. *Clóvis Moura e a sociologia da práxis negra*. Dissertação de mestrado. Niterói: UFF, 2009; MESQUITA, Érika. *Clóvis Moura: uma visão crítica da história social brasileira*. Dissertação de mestrado. São Paulo: Unicamp, 2002.

²⁴ MOURA, Clóvis. *Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas*. 5ª ed. São Paulo: Anita Garibaldi / Fundação Maurício Grabois, 2014. p.80.

²⁵ PRADO JÚNIOR, *op. cit.*, p.14.

²⁶ MOURA, *Rebeliões...*, *op. cit.*, p.75.

A colonização do continente americano foi um processo de destruição do antigo mundo que aqui existia e a estruturação de um novo mundo voltado essencialmente para atender os interesses econômicos das nações europeias:

Foi, assim, cortado o processo de desenvolvimento tribal dos grupos indígenas que nos habitavam, com o aparecimento dos primeiros colonos, e solapada em suas raízes a estrutura econômica em que os índios baseavam suas instituições, seus costumes, finalmente a sua cultura, no sentido sociológico da palavra. A nação colonizadora, no caso específico Portugal, que através de elementos de dominação ocupava a terra e subjugava os seus primitivos habitantes, garroteava o desenvolvimento autônomo dessas culturas através de um tampão compressor contra o qual não era possível aos nativos lutarem com o instrumental de que dispunham. A expansão mercantil de Portugal, que no caso presente desempenhou o papel de nação dominadora, já era fruto e resultado de todo um processo anterior de subversão econômica, verificado no Velho Continente, através de uma série de acontecimentos conhecidos e retratados, com maior ou menor profundidade, por todos quantos se ocuparam da economia dessa época²⁷.

A força de trabalho indígena, explorada nos primeiros anos, sobretudo em atividades extrativistas, foi sendo substituída pela escravização de africanos na medida em que se erigiam os empreendimentos açucareiros, os quais deram origem ao primeiro ciclo da economia colonial. Ao tratar da substituição da escravização de indígenas pela escravização de africanos, Moura rejeita explicações simplistas e racistas como a de uma suposta indolência dos povos originários e uma suposta docilidade africana. Enfatiza as razões econômicas para tal escolha. A produção de cana-de-açúcar em larga escala que demandava cada vez mais um alto contingente de força de trabalho, vinculava-se e dependia cada vez mais de outra atividade econômica: o tráfico de escravizados. A partir de meados do século XVI o comércio intercontinental de pessoas passava a ser a principal fonte de abastecimento de forças produtivas no sistema escravista:

Somente, de fato, com o desenvolvimento dos primeiros núcleos de plantação de cana-de-açúcar o colono verificará a necessidade de aplicar a escravidão não apenas como solução doméstica (nos moldes em que vinha sendo feita em Portugal), mas como solução para todo regime de trabalho que brotava e que posteriormente se estratificava na Colônia. Mas, somado a essa necessidade, para se compreender a substituição do indígena pelo negro na escravidão brasileira não podemos deixar de analisar um dos aspectos mais importantes, se não o fundamental: a transformação do tráfico de simples atividade de pirataria em atividade mercantil, como o emprego de grandes somas de dinheiro na aquisição de veleiros, equipagens, portos e contratação de material humano para o comércio de carne humana. Tal transformação exigiu e determinou que o preador de

²⁷ Idem. p.76

índios fosse esmagado pelo traficante que vinha com todo um equipamento de domínio econômico pacientemente estruturado e penetrava nas cartilagens da economia da época com uma série de atividades correlatas altamente compensadoras²⁸.

Com isso, entendemos a centralidade do tráfico de escravizados africanos na articulação entre as diferentes regiões intercontinentais abarcadas pelo sistema colonial do antigo regime²⁹. Portanto, a implementação da escravidão, assim como posteriormente sua abolição, devem ser entendidas na dinâmica conjuntural do quadro internacional no qual o Brasil esteve inserido. Neste sentido deve ser considerada a orientação externa da economia colonial:

A organização superior dos traficantes não podia permitir que se vendesse mercadoria muito mais barata – o índio – nas áreas sob seu domínio. As grandes empresas de navegação que posteriormente se sucederam ou tiveram vida simultânea ao tráfico no seu esplendor, que vai do século XVII aos primeiros quarenta anos do XIX, têm como elemento de colaboração o traficante. O capital comercial invertido nessas empresas, as vastas áreas sob seu domínio, os grandes interesses nelas comprometidos e, sobretudo, a sua organização internacional exigiam que qualquer concorrente ao então rendoso comércio fosse dele alijado³⁰.

Clóvis Moura considera três elementos que constituíam o tripé econômico e político das metrópoles, a saber: 1) grandes companhias navegadoras, dentre as quais as empresas de traficantes de escravizados foram as mais importantes, com sedes nas metrópoles; 2) grandes plantações nas áreas colonizadas, cultivadas com força de trabalho escravo; 3) monopólio comercial (exclusivo colonial)³¹. O escravismo foi a relação social de produção básica e generalizada da sociedade colonial no Brasil. A escravidão:

Demograficamente aumentou em ritmo acelerado e ininterrupto a população da Colônia; do ponto de vista sociológico cingiu a sociedade colonial em duas classes fundamentais e antagônicas: uma constituída pelos senhores de escravos, ligados economicamente em face do monopólio comercial à metrópole, outra constituída pela massa escrava, inteiramente despojada de bens materiais, que formava a maioria da população do Brasil Colônia e era quem produzia toda a riqueza social que circulava nos seus poros³².

²⁸ Idem, p.78

²⁹ Ver: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O Trato dos Videntes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000; NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Editora Hucitec, 1989; WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e Escravidão*. São Paulo: Companhia das letras, 2012.

³⁰ MOURA, *Rebeliões...*, op. cit., p.79.

³¹ Idem, p.79

³² Idem, p.81

Deste modo, a economia brasileira assentou suas bases na grande agricultura monocultora, voltada para exportação, com a exploração da força de trabalho de africanos e seus descendentes – e de indígenas em alguma proporção – em regime escravista, sob o monopólio político e comercial de Portugal. O sistema colonial orientava a produção desde a metrópole, durante sua vigência (e mesmo posteriormente a ela) a economia era baseada em bens primários para exportação. A razão de existência da colônia como um polo dinamizado de fora para dentro, impedia a diversificação das atividades econômicas e dos gêneros aqui produzidos, os quais tinham seus valores de uso efetivados no exterior³³.

Embora a obra de Clóvis Moura tenha como foco principal a dinâmica interna do escravismo, o antagonismo de classe na sociedade escravista, o autor não perde de vista a inserção do Brasil no antigo sistema colonial e seu papel na formação da economia capitalista a partir do polo dinamizador representado pela metrópole. De acordo com Marx:

O sistema colonial amadureceu o comércio e a navegação como plantas no hibernáculo. As ‘Sociedades Monopolias’ (Lutero) foram alavancas poderosas da concentração de capital. Às manufaturas em ascensão, as colônias garantiam um mercado de escoamento e uma acumulação potenciada pelo monopólio de mercado. Os tesouros espoliados fora da Europa diretamente mediante o saqueio, a escravização e o latrocínio refluíam à metrópole e lá se transformavam em capital³⁴

A Escravidão e “a assim chamada acumulação primitiva”

Moura considera que a racionalidade que rege o escravismo não é a mesma do capitalismo, pois o funcionamento de cada qual é regido por leis econômicas específicas³⁵. No capitalismo a força de trabalho dos seres humanos é mercantilizada, enquanto no escravismo o próprio ser humano é submetido à condição de mercadoria. No entanto, em que pese as especificidades de cada sistema, há um encadeamento entre ambos que se verifica na *assim chamada acumulação primitiva* de capital, como Marx observou em seu tempo histórico:

A descoberta das terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização e o soterramento da população nativa nas minas, o começo da conquista e saqueio das Índias Orientais, a transformação da África numa reserva para caça comercial de peles-negras, caracterizam a aurora

³³ Idem, p.83-84; PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1957; PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. 16ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1973; PRADO JÚNIOR, Caio. *História e Desenvolvimento: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

³⁴ MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política: livro I*. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2013. p.823.

³⁵ MOURA, Clóvis. *Dialética radical...*, op. cit., p.46-47.

da era da produção capitalista. Esses processos idílicos constituem momentos fundamentais da acumulação primitiva. A eles se segue imediatamente a guerra comercial entre as nações europeias, tendo o globo terrestre como palco. Ela é inaugurada pelo levante dos Países Baixos contra a dominação Espanhola, assume proporções gigantescas na guerra antijacobina inglesa e prossegue ainda hoje nas guerras do ópio contra a China³⁶.

Em meados do século XVII a Inglaterra tornou-se senhora absoluta dos mares, e passou a dominar o tráfico negreiro. Moura menciona a Ata de Navegação de 1651 que impunha que as mercadorias procedentes da Ásia, África e América só fossem transportadas por navios britânicos. Em 1776 havia quinhentos mil escravizados nas colônias inglesas da América do Norte. Em 1792 havia 132 embarcações inglesas com a finalidade de traficar escravizados, atividade que contribuiu em escala ponderável para a acumulação primitiva de capital. O conhecido Porto de Liverpool nasceu de um entreposto de escravizados³⁷.

Na paz de Utrecht, a Inglaterra arrancara aos espanhóis, pelo Tratado de Asiento, o privilégio de explorar também entre a África e a América espanhola o tráfico de negros, que até então ela só explorava entre a África e as Índias Ocidentais inglesas. A Inglaterra obteve o direito de guarnecer a América espanhola, até 1743, com 4800 negros por ano. Isso proporcionava, ao mesmo tempo, uma cobertura oficial para o contrabando britânico. Liverpool teve um crescimento considerável graças ao tráfico de escravos. Esse foi o método de acumulação primitiva, e até hoje, a “respeitabilidade” de Liverpool é o Píndaro do tráfico de escravos, que – cf. o escrito citado do dr. Aikin, de 1795 – ‘eleva até a paixão o espírito de empreendimento comercial, forma navegantes afamados e rende quantias enormes de dinheiro’³⁸.

A Inglaterra fez sua revolução burguesa no século XVII (1642-1653). Durante longo período manteve o tráfico de escravizados como atividade econômica da qual se beneficiava, e só investiu em seu fim quando a escravidão se tornou um entrave em determinada etapa de seu desenvolvimento capitalista. A Inglaterra beneficiou-se da escravidão mesmo no período da Revolução Industrial. A diplomacia inglesa, em meados do século XIX, combateu o tráfico de escravizados no Brasil forçando a implementação da Lei Eusébio de Queirós (1850), que o proibiu. Porém, uma década depois, os ingleses apoiavam os Confederados do Sul, escravistas, na Guerra Civil dos EUA (1861-1865). As indústrias inglesas, orientadas pelo liberalismo econômico, dependiam do algodão dos escravistas do sul estadunidense³⁹.

³⁶ MARX, *O Capital...*, *op. cit.*, p.821.

³⁷ MOURA, *Rebeliões...*, *op. cit.*, p.85.

³⁸ MARX, *O Capital*, *op. cit.*, p.829.

³⁹ MOURA, *Rebeliões...*, *op. cit.*, p.87-89.

Ao mesmo tempo que introduzia a escravidão infantil na Inglaterra, a indústria do algodão dava o impulso para a transformação da economia escravista dos Estados Unidos, antes mais ou menos patriarcal, num sistema comercial de exploração. Em geral, a escravidão disfarçada dos assalariados na Europa necessitava, como pedestal, da escravidão *sans phrase* do Novo Mundo⁴⁰.

Moura entende a escravidão moderna, lastreada pelo tráfico de africanos escravizados (ambos pilares fundamentais do antigo sistema colonial) como elemento essencial na formação e na expansão do capitalismo industrial: *“como cimento e alicerces da sociedade capitalista, a escravidão, durante um período de tempo relativamente longo, foi um de seus elementos mais importantes”*⁴¹. Tal qual Eric Williams demonstrou em sua obra seminal:

Assim, o comércio marítimo triangular deu um triplo estímulo à indústria britânica. Os negros eram comprados com artigos britânicos; transportados para as fazendas, eles produziam açúcar, algodão, anil, melão e outros produtos tropicais, cujo processamento criava novas indústrias na Inglaterra; e, enquanto isso, a manutenção dos negros e seus donos nas fazendas fornecia mais um mercado à indústria britânica, à agricultura da Nova Inglaterra e aos pescadores da Terra Nova. Em 1750, praticamente não existia nenhuma cidade mercantil ou manufatureira na Inglaterra que não estivesse ligada de alguma maneira ao comércio colonial triangular ou direto. Os lucros obtidos forneceram um dos principais fluxos da acumulação do capital que, na Inglaterra, financiou a Revolução Industrial⁴².

Escravidão Tardia e Capitalismo Dependente

Como já mencionamos, Clóvis Moura define como escravidão tardia o período correspondente à segunda metade do século XIX, cujo marco é a proibição do tráfico de escravizados. Trata-se de um estágio de decomposição das relações de produção escravistas, e instauração de relações capitalistas no Brasil. A obsolescência das antigas relações de produção e sua paulatina substituição pelo modo de produção capitalista implica em fatores conjunturais externos e internos à sociedade brasileira.

No âmbito interno, as principais características deste período são: 1) diversificação regional do escravidão com a economia dinamizada sobretudo em São Paulo e Rio de Janeiro (deslocamento da concentração da população escravizada para estas regiões; 2) crescimento paulatino de parcelas de trabalhadores livres, e manutenção do trabalho escravo; 3) concomitância de relações capitalistas (ainda incipientes) e relações escravistas (em decadência); 4) subordinação ao capital

⁴⁰ MARX, *O Capital...*, *op. cit.*, p.829.

⁴¹ MOURA, *Rebeliões...*, *op. cit.*, p.87.

⁴² WILLIAMS, *op. cit.*, p.90.

estrangeiro (sobretudo o inglês) no nível de produção industrial, dinamização da comunicação e dos transportes, estradas de ferro, portos, iluminação à gás, telefone; 5) casas comerciais estrangeiras no setor bancário e de exportação; 6) urbanização; 7) tráfico de escravizados interprovincial com aumento do preço; 8) empresas de imigração e colonização (desequilíbrio na oferta de força de trabalho); 9) a luta dos escravizados ganha apoio de outros segmentos sociais (no fim do século)⁴³.

O escravismo tardio demarca o declínio das relações de produção escravistas e o advento do capitalismo no Brasil. Este período correspondente ao Segundo Reinado (1840-1889), assim como sua relação com o passado colonial, nos possibilita compreender de maneira mais ampla a inserção periférica e dependente do Brasil no sistema capitalista em esfera global. De acordo com Florestan Fernandes, no Brasil:

As estruturas econômicas, sociais e políticas da sociedade colonial não só moldaram a sociedade nacional subsequente: determinaram, a curto e largo prazos, as proporções e o alcance dos dinamismos econômicos absorvidos do mercado mundial. Elas se revelaram bastante plásticas em face do que se poderia chamar de reorganização do mercado colonial, adaptando-se rapidamente à dupla polarização dos negócios de exportação e de importação, contrariados economicamente por um centro hegemônico externo, mas dirigidos politicamente a partir de dentro. No entanto, as mesmas estruturas mostraram-se pouco elásticas e por vezes até rígidas na absorção dos dinamismos econômicos que eram centrais para a expansão interna do capitalismo⁴⁴.

O funcionamento dos mecanismos coloniais vigentes ao longo de três séculos de subordinação à metrópole impediram a acumulação interna de capitais no Brasil. As riquezas produzidas com o tráfico humano e a escravidão eram transferidas para a acumulação de capital nas metrópoles, as quais eram os polos dinamizadores do sistema. Deste modo, as relações capitalistas no Brasil foram injetadas de fora para dentro a partir do complexo dinamizador que atuava no polo externo (sobretudo a Europa e, em alguma medida, já os Estados Unidos)⁴⁵.

Superpostas às relações de produção escravistas implantam-se, do exterior, relações capitalistas dependentes. O capital monopolista cria um complexo de dominação naquilo que a economia brasileira deveria dinamizar se tivesse forças econômicas internas capazes de efetuar uma mudança qualitativa a fim de sair do escravismo e entrar na senda do desenvolvimento capitalista autônomo. O escravismo brasileiro, no seu final, já era um anacronismo aberrante e a sua decomposição verifica-se simultaneamente ao início da dominação imperialista. Conforme já dissemos em parte, a grande duração do escravismo brasileiro levou-o a

⁴³ MOURA, *Dialética radical...*, op. cit., p.282-283.

⁴⁴ FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 6ª ed. São Paulo: Editora Contracorrente, 2020. p. 192.

⁴⁵ MOURA, *Sociologia...*, op. cit., p.283.

encontrar-se com aquelas forças econômicas de dominação exógenas que não tinham mais interesse em exportar mercadorias, mas capitais⁴⁶.

À despeito do fim do tráfico de escravizados ter possibilitado uma liberação de capitais – antes investido na compra de cativos – para outros setores, e de o Brasil estar à frente da produção de café, produto em alta no mercado internacional; os recursos nacionais não bastavam para manter as estruturas “modernizadoras”, já mencionadas, que o sistema capitalista internacional impunha. Desse modo, as áreas decisivas da economia brasileira funcionavam com investimentos estrangeiros. A infraestrutura na qual se baseou a economia cafeeira vinculava-se ao capitalismo monopolista. O café, que chegou a corresponder a 70% das exportações brasileiras, tinha participação significativa de firmas estrangeiras dentre as empresas exportadoras⁴⁷.

Aparelha-se a vida financeira do país. A multiplicação dos bancos, das empresas financeiras em geral, das companhias de seguros, dos negócios de bolsa, permite captar e mobilizar em escala que se vai fazendo significativa, as fontes da acumulação capitalista. Aparecerá no Brasil uma réplica, modesta e embora muito afastada de seus modelos, das grandes praças financeiras da Europa e dos Estados Unidos, com uma atividade e ritmo de vida que procuram aproximar delas. Numa palavra, a antiga colônia segregada e vegetando na mediocridade do isolamento, se moderniza e se esforça por sincronizar sua atividade com a do mundo capitalista contemporâneo⁴⁸.

Em uma perspectiva de longa duração – na apreensão dos ritmos lentos do tempo e das estruturas históricas⁴⁹ – podemos concluir que o Brasil, ao emancipar-se de Portugal, libertou-se da subordinação do exclusivo colonial, viveu um período de economia escravista combinada a um incipiente capitalismo competitivo, e tornou-se cada vez mais submisso ao capitalismo monopolista das potências industriais (sobretudo da Inglaterra). Vale ressaltar que a escravidão foi mantida até seu ponto mais elevado de decrepitude.

No âmbito nacional, a abolição e a proclamação da república não soterraram por inteiro o passado colonial e escravista. A grande propriedade rural monocultora, as dificuldades de efetivação e formalização do trabalho livre, o abismo social colossal entre as classes dominantes e a população trabalhadora em geral, a persistência do racismo na estratificação social; no âmbito internacional, o país seguiu exercendo o papel de exportador de *commodities* (celeiro do mundo), com

⁴⁶ Idem. p. 284.

⁴⁷ MOURA, *Sociologia...*, *op. cit.*, p.286-287; PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. 16ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1973. p.167.

⁴⁸ Idem. p.195.

⁴⁹ BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a História*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

obstáculos – ou mesmo impedimentos – no desenvolvimento tecnológico nacional, e em condição periférica e da dependência das nações centrais do capitalismo internacional (com pouco poder de decisão nas negociações). Como observou Florestan Fernandes:

A emancipação nacional ocorreu ao nível das estruturas de poder dos estamentos dominantes e exigiu, como sua base material necessária, que a descolonização fosse contida e, ao mesmo tempo, se desenrolasse sinuosamente, como um processo ultraprolongado. Ainda lutamos não só com as sequelas de estruturas ‘herdadas’ da era colonial ou da escravidão. Vemos como o capitalismo competitivo ou, em seguida, o capitalismo monopolista revitalizam muitas dessas estruturas, requisito essencial para a intensidade da acumulação de capital ou a continuidade de privilégios, que nunca desaparecem, e de uma exploração externa, que sempre muda para pior⁵⁰.

Conclusões

Expusemos e analisamos alguns pontos sobre a relação histórica entre escravidão e capitalismo a partir da obra de Clóvis Moura, e de sua interlocução com outros autores que entendemos ser fundamentais na abordagem do tema, sobretudo: Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes, e o próprio Marx, cuja obra tem contribuições decisivas na compreensão do sistema capitalista, além de ser referência para os autores que aqui utilizamos.

A relação entre passado e presente na apreensão do conhecimento histórico nos possibilita uma compreensão mais ampla do tempo presente. Entender o modo de produção vigente, implica em buscar o conhecimento das relações de produção que o antecederam, e que em alguma medida o possibilitaram em sua atual forma. Tendo isto em vista, levantamos algumas questões em torno do sistema colonial: 1) seu funcionamento; 2) sua economia baseada no tráfico e na escravização de africanos; 3) sua razão de existência como fonte de produção e acumulação de riquezas nas metrópoles, logo, seu papel na acumulação primitiva que criou as condições para o advento e a consolidação do capitalismo como sistema hegemônico mundialmente.

Nossa breve análise teve como escopo aspectos da interpretação de Clóvis Moura sobre o processo histórico brasileiro, inserido no processo histórico mais amplo, que envolve outras regiões do mundo, e que nos remete à própria formação do capitalismo.

Artigo recebido em 28.8.2020

Aprovado em 14.10.2020

⁵⁰ FERNANDES, Florestan. *Circuito fechado*: quatro ensaios sobre o “poder institucional”. São Paulo: Globo, 2010. p.30.